



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO- CEDUC  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LARISSA CONCEIÇÃO FERREIRA DE LIMA**

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA E A  
IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR  
(PAIE): RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**CAMPINA GRANDE  
2022**

LARISSA CONCEIÇÃO FERREIRA DE LIMA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA E A  
IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR  
(PAIE): RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Área de concentração:** Educação.

**Orientadora:** Prof. Dr. Elisabete Carlos do Vale.

**CAMPINA GRANDE  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S732d Lima, Larissa Conceição Ferreira de.

Os desafios da educação inclusiva na escola pública e a importância dos Profissionais de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE) [manuscrito] : relato de experiência / Larissa Conceição Ferreira de Lima. - 2023.

21 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Elisabete Carlos do Vale ,  
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC. "

1. Educação inclusiva. 2. Síndrome de Down. 3. Educação especial. I. Título

21. ed. CDD 371.9

LARISSA CONCEIÇÃO FERREIRA DE LIMA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA E A  
IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR  
(PAIE): RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Licenciatura em Pedagogia da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção  
do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 12/12/2022.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profa. Dra. Elizabeth Carlos do Vale (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profa. Dra. Paula Almeida de Castro (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A meu pai Rodrigo, meus avós Josefa e Gilvan,  
ao meu filho Nicolas e meu esposo Fagner.

DEDICO.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Pátio principal da creche e sala de aula do maternal I em uma Creche do município de Queimadas/PB.....	12
<b>Figura 2</b> - Fachada da sede do CEA – Centro Especializado em aprendizagem.....	14
<b>Figura 3</b> - Formação para professores e profissionais que atuam com a educação especial inclusiva no município de Queimadas-PB. ....	14
<b>Figura 4</b> - Maria comendo frutas na primeira refeição da tarde na creche .....	15
<b>Figura 5</b> - Atividade de coordenação motora e de pintura, respectivamente. ....	15
<b>Figura 6</b> - Crianças brincando no cantinho das vivências da creche .....	15

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>2 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA E A IMPORTÂNCIA DAS REDES DE APOIO PEDAGÓGICO</b> .....	07
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	11
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	11
<b>4.1 A experiência como profissional de apoio vivenciada em uma creche do município de Queimadas/PB</b> .....	11
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	17
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	18

## **OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA E A IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR (PAIE): RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Larissa Conceição Ferreira de Lima

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como temática central a discussão sobre a importância da educação inclusiva na rede pública de ensino e a relevância dos profissionais de apoio escolar no desenvolvimento dessa modalidade de educação. Tem como objetivo principal refletir sobre os desafios que envolvem a inclusão e permanência de crianças com deficiência na rede regular de ensino, bem como sobre a importância dos profissionais de apoio escolar para a efetivação da educação, em uma perspectiva inclusiva. Em termos metodológicos, configura-se como um relato de experiência, visto que busca descrever as experiências vivenciadas pela pesquisadora como profissional de apoio junto a uma criança com Síndrome de Down (SD), em uma creche do município de Queimadas/PB. Quanto ao referencial teórico, utilizaremos autores que discutem sobre educação inclusiva como Wolery e Wilbers (1994), Pupo e Bezerra (2018), entre outros. Também nos basearemos na legislação vigente, que rege a educação inclusiva brasileira, especialmente a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e a Lei nº 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Especial. Profissional de Apoio Pedagógico. Síndrome de Down.

### **ABSTRACT**

The present work has as its central theme the discussion about the importance of inclusive education in the public school system and the importance of school support professionals in the development of inclusive education. Its main objective is to reflect on the challenges that involve the inclusion and permanence of children with disabilities in the regular education network, as well as on the importance of school support professionals for the effectiveness of education from an inclusive perspective. In methodological terms, it is configured as an experience report, since it seeks to describe the experiences lived by the researcher as a support professional with a child with down syndrome, in a daycare center in the city of Queimadas/PB. As for the theoretical framework, authors who discuss inclusive education such as: Wolery and Wilbers (1994), Pupo and Bezerra (2018), among others, as well as the legislation in force in the country that governs inclusive education, especially Law 9394/96 - Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) and Law nº 13.146/15i - Brazilian Law of Inclusion (LBI).

**Keywords:** Down's syndrome. Inclusive education. Pedagogical Support Professional. Special.



## **1 INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva, dentro do ensino regular, ganhou espaço nas últimas décadas no Brasil. Atualmente é um tema que provoca debates e discussões no âmbito educacional, visto que o acesso à educação e o direito à aprendizagem são garantias constitucionais previstas a todos/as os/as brasileiros/as, como dever do Estado e da família. A diversidade de experiências, habilidades, contextos e capacidades entre estudantes é uma realidade cada vez mais presente nas escolas. Tal diversidade exige práticas educacionais inclusivas, para que os discentes sejam respeitados em suas diferenças e promovendo-se uma educação na qual a diversidade seja um valor fundamental e inegociável, visto que quanto mais respeitados em suas diferenças, mais os estudantes e educadores avançam, sejam eles pessoas com ou sem deficiência.

Desse modo, tendo como referência os estudos do campo da educação inclusiva e a minha experiência, enquanto profissional de apoio pedagógico vivenciada na educação infantil em uma creche do município de Queimadas/PB, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal refletir sobre os desafios que envolvem a inclusão e permanência de crianças com deficiência na rede regular de ensino, assim como as principais dificuldades enfrentadas por professores/as e profissionais de apoio para a efetivação da educação em uma perspectiva inclusiva, especialmente na rede pública de ensino.

Em termos metodológicos, o presente trabalho configura-se como um relato de experiência, pois busca descrever as experiências vivenciadas pela pesquisadora no âmbito da educação inclusiva, como uma profissional de apoio junto a uma criança com Síndrome de Down. Quanto ao referencial teórico, foram consultados artigos científicos que tratam da temática e a legislação vigente no país que rege a educação inclusiva, especialmente a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e a Lei nº 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. Logo após a presente introdução, no segundo capítulo são apresentados alguns estudos sobre a educação inclusiva como direito, as deficiências mais comuns presentes no contexto escolar e legislações específicas que garantem e normatizam a educação inclusiva. No terceiro capítulo, descrevemos a metodologia utilizada no trabalho. No quarto capítulo, são apresentados os resultados e discussões da experiência vivenciada enquanto profissional de apoio em uma creche municipal. Pautaremos nossa argumentação no acompanhamento a uma criança com síndrome de down, devido ao meu contato com esse tipo de deficiência durante minha atuação como apoio pedagógico na creche em questão. Por fim, o último capítulo traz algumas considerações pertinentes sobre as vivências pedagógicas na educação inclusiva.

## **2 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA E A IMPORTÂNCIA DAS REDES DE APOIO PEDAGÓGICO**

A educação inclusiva dentro do ensino regular ganhou espaço nas últimas décadas no Brasil, tal conquista é fruto de lutas históricas e de estudos que foram consolidando a educação inclusiva como um direito inegociável. É importante destacar que para compreender a educação inclusiva é preciso entender como a mesma foi se configurando como direito, a partir da garantia legal da educação especial. De acordo com Cavalcante (2019), a partir de meados do século XX, as lutas intensificadas pelos movimentos sociais, contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência e a busca de construção de uma sociedade inclusiva, foram fundamentais para pensar a educação em uma perspectiva inclusiva. Assim, de acordo com a autora, no decorrer desse período histórico

Fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de estudantes encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares. Na busca de enfrentar esse desafio e construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão, a Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien (1990), chama a atenção dos países para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola. (DOS SANTOS, 2013, p. 277).

O século XX foi marcado por muitas transformações que contribuíram de forma positiva na vida das pessoas com necessidades especiais. No Brasil, ainda na década de 1960, um desses avanços, mesmo que bastante tímido, foi o respaldo legal que sustenta a oferta da educação especial. Nesse sentido, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 4.024, em 20 de dezembro em 1961, que no título X, artigos 88 e 89, traz em seu escopo a “educação de excepcionais”. Como é possível observar no fragmento a seguir:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961).

Entretanto, logo após a promulgação dessa LDBEN, a partir de 1964, foi implantada a ditadura militar no Brasil, por meio de um Golpe de Estado. Esse período foi marcado por intensa repressão, censura, retirada de direitos e modificação em diversas legislações, entre outros aspectos. Durante esse contexto a lei nº 4.024/61 é alterada e em seu lugar foi estruturada uma lei complementar, de nº 5.692/71, que passou a normatizar o então chamado ensino de 1º e 2º graus. Conforme Sá *et al.* (2015) esta lei também não favoreceu a oferta da educação especial, tendo em vista que a mesma foi muito sucinta em vários aspectos da educação. Dessa forma, somente em no artigo 9º que a educação especial é mencionada. A saber,

Art.9º- Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes conselhos de educação (BRASIL, 1971).

No que se refere ao contexto atual, a Constituição Federal de 1988 assegurou a educação como um direito público e subjetivo de todos e dever do Estado e da família. Além disso, também trouxe em sua redação a necessidade de promover a acessibilidade e permanência dos diversos alunos na escola. Com relação à educação especial, no art. 208, inciso III, destaca o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência. Tal perspectiva é reafirmada com a promulgação da lei nº 9.394/1996, a nova LDBEN, que no art. 58 entende a educação especial como:

[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A

oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

A partir dessa lei, a Educação Especial passa a se configurar como uma modalidade de ensino, cuja função é promover o desenvolvimento das habilidades das pessoas com deficiência, desde a educação básica até o ensino superior, em uma perspectiva complementar à educação regular. De acordo com Souza (2020), do ponto de vista legal, a ampliação do direito à educação para todas as pessoas, bem como das possibilidades educativas para as pessoas com deficiência, teve outro marco importante, a denominada Declaração de Salamanca (1994). Esse documento foi elaborado durante a Conferência Mundial sobre Educação em Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, Espanha, e contou com a assinatura do Brasil. Assim, na área das necessidades educativas, a referida declaração estabelece cinco princípios básicos:

- Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- Escolas regulares que possuem tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (BRASIL, 1994).

A proposta de escola inclusiva não se resume apenas a abrir as suas portas para todos, mas, essencialmente, uma escola que em seu fazer pedagógico cotidiano busque superar diversas barreiras, sejam elas físicas ou político-pedagógico-curricular. Tais barreiras envolvem: condições de acessibilidade, práticas preconceituosas e discriminatórias, currículos homogeneizadores, falta de formação adequada para professores e condições precárias de trabalho. Percebe-se também que a inclusão escolar já é discutida pela sociedade e Estado há algum tempo e nos últimos anos essa questão vem ganhando ainda mais força. Mas, o que é estar incluído? Qual o significado da inclusão na educação? Sobre esse aspecto, nos reportamos a Rodrigues (2006, p. 2), quando afirma que

O conceito de Inclusão no âmbito específico da Educação implica, antes de mais, rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo ativo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e desta forma atingir a qualidade académica e sociocultural sem discriminação.

Desse modo, é importante compreender que a ideia da inclusão vai além do que garantir o acesso à entrada de alunos com deficiência nas instituições de ensino, envolve acima de tudo eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação desses sujeitos no processo educativo. Assim, uma escola somente será inclusiva se desenvolver um senso de pertencimento

e de participação entre os seus alunos. Nessa perspectiva, a educação inclusiva busca permitir que crianças e jovens possam partilhar do mesmo espaço de vivência escolar, independente de suas limitações, para que seja possível construir uma sociedade livre de preconceitos, justa e que proporcione mais oportunidades para os sujeitos.

Partindo dessa compreensão, é importante destacar que a educação inclusiva não se refere apenas a pessoas com deficiências, mas abrange a garantia de se estabelecer relações indissociáveis dessas pessoas com a sociedade e vice-versa. Seu principal objetivo é tornar a educação mais acessível, respeitando as diferenças e especificidades existentes, visto que no ambiente escolar podemos encontrar vários tipos de deficiências. Podemos citar as físicas, motoras, altas habilidades, déficits cognitivos, transtorno do espectro autista, síndrome de down e condições emocionais e psíquicas que também devem ser consideradas.

Pesquisas realizadas por Wolery e Wilbers (1994), apontam para o fato de que os benefícios da educação inclusiva não são apenas para as crianças com deficiência, mas também para as crianças ditas “normais”, visto que possibilita romper com ambientes de segregação e ao mesmo tempo oportuniza a convivência entre sujeitos diversos e diferentes. Além disso, promove um aprendizado mais amplo e livre de preconceitos. De acordo com Ferreira (2018), para que a educação inclusiva aconteça de forma real é preciso ter clareza sobre qual o papel e função da escola e quais os pilares que devem sustentar as práticas educativas. Em vista disso, a escola precisa ter apoio. A educação inclusiva é definida pelo referido autor como:

Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito a escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor (FERREIRA, 2018 *apud* SANTOS, 2020, p. 6)

Na Educação infantil existem diversas preocupações quando se pensa em como promover e trabalhar a educação inclusiva com crianças ainda tão pequenas. Por conseguinte, surge um questionamento: como oferecer, nessa etapa da educação básica, uma educação inclusiva significativa? Pensar a educação inclusiva na escola requer considerar indispensável a participação de integrantes importantes na vida dos alunos. Nesse sentido, é preciso um trabalho conjunto entre escola, pais, profissionais terapêuticos, de apoio escolar e a comunidade como um todo.

Desse modo, para que o direito à educação seja materializado é necessário a superação das diversas barreiras apresentadas, disponibilizando-se condições para a efetivação de uma educação na perspectiva inclusiva. Ademais, é fundamental a construção de estratégias e serviços que atendam a diversidade dos alunos, por meio do envolvimento de diferentes profissionais, formando redes de apoio, que busquem tornar as escolas acessíveis, inclusivas e que promovam aprendizagem efetiva (LOPES; MENDES, 2021). Sobre as redes de apoio escolar e, mais especificamente, o chamado Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE) as autoras acima mencionadas destacam que:

Na literatura são recomendados diferentes profissionais para compor redes de apoio, porém, nota-se uma crescente presença de um novo personagem na tentativa de garantir a escolarização de estudantes do público-alvo da Educação Especial nas classes comuns de escolas regulares: o chamado Profissional de Apoio Escolar à Inclusão Escolar (PAIE). O histórico de surgimento desse profissional no Brasil se deu pela demanda de suporte de uma parcela de estudantes PAEE em relação às necessidades de higiene, deslocamento e alimentação, obrigando a contratação de um novo profissional nas escolas para exercer esse papel (LOPES; MENDES, 2021, p. 3).

Desse modo, como as autoras acrescentam, o profissional de apoio tem uma atuação recente, talvez, por isso, é constatada uma multiplicidade de denominações, como: cuidador, mediador, monitor, estagiário, profissional de apoio, entre outros. O papel e atribuições mais específicas desse profissional são definidos pela Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a mesma descreve o profissional de apoio escolar como:

Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

Além disso, essa lei também assegura as pessoas com deficiência o direito de possuírem três profissionais para o seu atendimento, são eles: o atendente pessoal, o acompanhante e o profissional de apoio escolar. O primeiro, é aquela pessoa que pode ser familiar ou não que, com ou sem remuneração, auxilia o estudante nos cuidados pessoais diários. O acompanhante é aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal. O último, o profissional de apoio escolar, presta assistência ao estudante nas atividades escolares, também executa atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência, em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2015).

É possível constatar na prática que a presença do PAIE nas escolas regulares é uma realidade cada vez mais frequente. Nos próximos capítulos abordaremos a nossa experiência como PAIE em uma creche da rede municipal de Queimadas/PB.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho configura-se como um relato de experiência, visto que busca descrever as experiências vivenciadas pela pesquisadora, como profissional de apoio pedagógico, no âmbito da educação inclusiva em uma creche do município de Queimadas/PB. Como destacam Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 64), o relato de experiência “em contexto acadêmico pretende, além da descrição da experiência vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (experiência distante)”. Desse modo, no presente trabalho são descritas nossa experiência enquanto profissional de apoio pedagógico em uma creche do município de Queimadas/PB. Vale salientar que são focalizadas ações e atividades desenvolvidas junto a uma criança que tem síndrome de down no ano letivo de 2022.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **4.1 A experiência como profissional de apoio vivenciada em uma creche do município de Queimadas/PB**

Iniciei minhas atividades como PAIE<sup>1</sup> na Educação Infantil em uma turma do maternal I da Creche Irene Pereira dos Santos, localizada na zona urbana no município de Queimadas/PB, no início do ano letivo de 2022. Na turma, era responsável por duas crianças com deficiência,

---

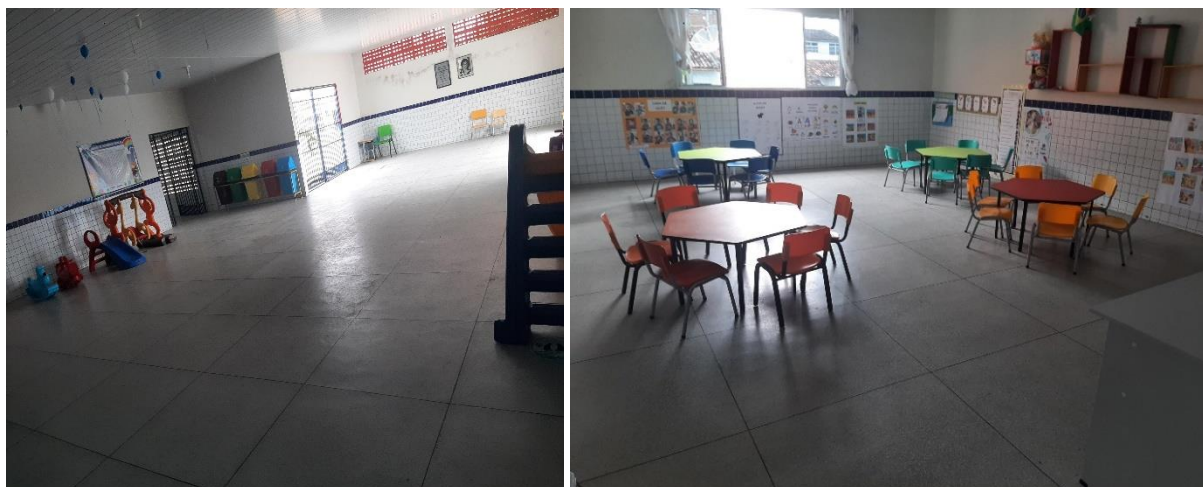
<sup>1</sup> Não faço parte do quadro de servidores públicos permanentes do município, tenho um contrato provisório no município por excepcional necessidade da gestão.

uma com suspeita do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a outra com Síndrome de Down (SD), menino e menina, respectivamente. Por se tratar da Educação infantil e ser uma turma de crianças muito pequenas a sala conta com uma professora titular, uma auxiliar e o apoio pedagógico que, nesse caso, era a minha função.

Tendo como referência as funções do PAIE procurei prestar todo apoio necessário às crianças com deficiência, tanto no momento de suas atividades individuais quanto no convívio em grupo e nas questões de higiene e alimentação. Busquei ficar sempre atenta a qualquer situação em que as crianças necessitassem de ajuda ou estivessem em perigo, com o objetivo de oferecer as condições necessárias para que as mesmas pudessem participar ativamente de todas as atividades educativo-pedagógicas inerentes à educação infantil e vivenciadas na creche.

A creche Irene Pereira oferece uma boa estrutura física, possui oito salas de aula, um dormitório, dois pátios cobertos, quatro banheiros adaptados para educação infantil, uma sala de AEE, cozinha, refeitório, sala da secretaria, sala da coordenação e sala da direção escolar. Além disso, também conta com três parquinhos, dois na sua área interna, que são os parques com brinquedos de plástico, e um na área externa, que possui brinquedos de madeira e areia. A sala de AEE é ampla, dispõe de uma diversidade de material didático pedagógico que possibilita às crianças com deficiência o desenvolvimento das suas potencialidades. Na figura 1 é possível observar o pátio principal da creche e a sala de aula onde atuo no período da tarde.

**Figura 1** - Pátio principal da creche e sala de aula do maternal I em uma Creche do município de Queimadas/PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022

Com relação ao meu contato com a criança com suspeita do espectro autista, esse foi bastante superficial, visto que a mãe optou por tirar a criança da creche ainda no início do ano letivo. A justificativa apresentada pela mãe foi a de que, por seu filho ser muito pequeno, teria dificuldades de adaptação. Sendo assim, achava mais prudente rematricular seu filho o ano seguinte (2023), período em que já teria um laudo médico conclusivo sobre a deficiência do mesmo, bem como a possibilidade da realização de terapias que, a seu juízo, serão cruciais para a adaptação do discente na escola. A gestora, a professora da criança e a psicóloga da creche conversaram com a mãe com intuito de que a mesma compreendesse a importância da permanência do seu filho na creche, uma vez que possibilitaria a socialização e o desenvolvimento da autonomia e aprendizagens diversas, entre outros benefícios. Entretanto, a mãe foi irredutível, retirando seu filho da creche ainda no início do ano.

Após a saída do aluno com suspeita de TEA, fiquei responsável apenas pela criança com Síndrome de Down. A síndrome de Down é uma condição genética causada pela presença de três cromossomos 21 nas células do indivíduo, que provocam comprometimento cognitivo e características físicas comuns entre os indivíduos que possuem essa síndrome. É importante destacar que as pessoas com esse distúrbio genético têm níveis e ritmos de desenvolvimento diferentes, dependendo do fator de risco preponderante, como a idade materna avançada. O diagnóstico pode ser constatado nas primeiras horas de vida da criança, através de exames de análises citogenéticas e cariótipo de células em metáfase (HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN, 2020).

No tocante ao início de minha atuação como apoio escolar considero que foi um pouco complicada, pois consistiu na primeira vez que tive um contato tão próximo com crianças com deficiência. Desse modo, a seguir, irei descrever sobre a minha experiência como PAIE, junto a uma menina (identificada no presente trabalho como Maria) que tem a Síndrome de Down. Maria entrou na creche com dois anos e seis meses de idade e adaptou-se bem à rotina da instituição. Suas necessidades são mais de natureza intelectual e biológicas, entretanto o apoio que presto é mais intensificado nos momentos da alimentação, para que sejam evitados possíveis engasgos, e após a realização das suas necessidades fisiológicas, fazendo a higiene necessária (banho, escovação dos dentes, troca de fralda, etc). Vale salientar que Maria é uma criança consideravelmente independente para sua idade, participa de todas as atividades propostas em sala, interage com seus colegas e obedece a orientações dadas pela professora. Até o momento, a parte do desenvolvimento mais afetada de Maria é sua fala, pois ainda não consegue se comunicar bem e balbucia apenas algumas palavras.

No geral, as crianças com síndrome de down apresentam atrasos significativos de linguagem e fala e tem seu desenvolvimento mais lento, necessitando de estimulação precoce. De acordo com Luiz *et al.* (2018), crianças com síndrome de down podem apresentar atraso no desenvolvimento da linguagem sendo necessário a inclusão delas na rede regular de ensino para que interajam com outras crianças e desenvolvam a habilidade da linguagem o mais cedo possível. É importante destacar que o desenvolvimento de Maria é resultado do empenho da sua família em colocá-la na creche desde cedo. Além da sua participação na turma regular, junto a outras crianças que não possuem deficiência, Maria frequenta a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contraturno. Também faz terapias externas e frequenta a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A participação das crianças com deficiência nas terapias e salas de AEE é de grande importância, pois são desenvolvidas atividades que buscam auxiliar no desenvolvimento e na autonomia das mesmas, resultando em melhoria na qualidade de vida das crianças e das suas famílias.

O papel dos pais na estimulação precoce das crianças com SD é de fundamental importância, pois como a matrícula na escola não é obrigatória para crianças menores de quatro anos, tal estímulo depende dos pais em realizar ou não a matrícula na escola. O apoio do poder político local, de modo a facilitar o acesso e permanência na escola de crianças com necessidades educacionais especiais, é de fundamental importância para que os discentes desenvolvam suas habilidades cognitivas, a partir da educação inclusiva. A promoção dessas políticas públicas pode encorajar outros pais a matricularem seus filhos no ensino regular, mesmo sem ter a idade mínima obrigatória, possibilitando que as crianças com necessidades especiais desenvolvam suas habilidades cognitivas, a autonomia e melhorem sua qualidade de vida no ambiente em que estão inseridas.

Segundo Luiz *et al.* (2008), a opinião das mães de crianças com SD com relação ao resultado pós inclusão na educação regular são os mais satisfatórios, pois são perceptíveis a melhora no comportamento e na interação com o meio e com os outros colegas. A avaliação positiva dos pais, acerca do trabalho de inclusão desenvolvido na escola, pode ser utilizada como estímulo ao desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para facilitar o

atendimento das crianças com Necessidade Educativas Especiais (NEE), de modo que elas se tornem cada vez menos dependentes, evitando o excesso de assistência. Por isso, é tão necessária a oferta de capacitação/formação continuada para professores e profissionais de apoio pedagógico.

A gestão do município de Queimadas/PB, através da Secretaria de Educação (SEDUC) e do Centro Especializado em Aprendizagem (CEA – Incluir)<sup>2</sup>, oferecem capacitação e formação continuada para os profissionais que atuam com crianças com deficiência, proporcionando momentos de aprendizagem e socialização entre professores e demais profissionais que atuam na rede de ensino do município. As figuras 2 e 3 a seguir remontam ao prédio do CEA e a momentos de formação, realizadas por esse centro, para professores e profissionais que atuam com a educação especial inclusiva.

**Figura 2** - Fachada da sede do Centro Especializado em aprendizagem (CEA)



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Queimadas/PB, 2022.<sup>3</sup>

**Figura 3** - Formação para professores e profissionais que atuam com a educação especial inclusiva no município de Queimadas-PB.



**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, 2022.

<sup>2</sup> O Incluir foi inaugurado no ano de 2018 e conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais, dentre os quais: fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, pedagogo, psiquiatra e psicopedagogo. Oferece os seguintes serviços: avaliação, consultas, orientação familiar, assessoria escolar, intervenção, acompanhamento e oficinas de educação emocional.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.queimadas.pb.gov.br/portal/noticias>



A partir dessas informações é possível perceber que o município conta com estrutura e meios para oferecer formação específica para os profissionais que atuam com crianças com necessidades especiais. Antes de iniciar meus trabalhos com as crianças da educação especial, na creche Irene Pereira dos Santos, participei de formações no CEA. Esses momentos me instruíram e ofereceram conhecimentos sobre a área para que iriam atuar. Também foram oferecidas formações ao longo do ano letivo 2022. Mas, efetivamente, como se deu minha intervenção com Maria em sala de aula? A aluna estuda no turno da tarde, as aulas começam às 13h00min e terminam às 17h00min. É importante ressaltar que, desde a pandemia do novo coronavírus, a creche deixou de funcionar de maneira integral. No entanto, continua oferecendo duas refeições diárias. A primeira, às 13h40min, mais leve, geralmente são frutas. A segunda, às 15h40min, é uma refeição mais completa, podendo ser cuscuz com carne, angu com galinha, macarrão com carne, entre outras. No momento das refeições sempre acompanho Maria, como citado anteriormente, prestando apoio sempre que necessário.

**Figura 4** - Maria comendo frutas na primeira refeição da tarde na creche



**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, 2022.

Após a primeira refeição, as crianças fazem as atividades didático-pedagógicas do dia orientadas pela professora. Nesse momento, busco interagir com a discente intervindo apenas quando necessário já que, no geral, ela entende bem as orientações dadas pela professora, realiza as atividades propostas e nunca apresenta rejeição e/ou resistência para a realização de tais atividades.

**Figura 5** - Atividades de coordenação motora e de pintura, respectivamente, realizadas por Maria.



**Fonte:** Arquivo pessoal da autora, 2022.

Além do momento da realização das atividades didáticas em sala de aula, as crianças têm acesso ao parquinho e ao cantinho das vivências. Esse é uma sala específica com diversos recursos, possui TV, livros e brinquedos, cada turma pode utilizar durante trinta minutos, três vezes por semana. Nesses espaços externos, no parquinho principalmente, procuro sempre estar perto de Maria para que possa agir em caso de possível acidente, porém com o cuidado de não podar suas iniciativas, brincadeiras, interações e descobertas.

É importante destacar que Maria precisa, dada a sua deficiência, de algum suporte para realizar determinadas atividades. No entanto, como ela é uma criança muito ativa, às vezes se chateava quando oferecia apoio, como segurar sua mão para descer de algum brinquedo, na ocasião queria fazer aquele processo sozinha.

Consideramos que esses momentos de brincadeiras e interação coletiva ajudam na socialização e desenvolvimento das crianças, proporcionando diversos benefícios, por isso é de grande valia que sejam oferecidos desde a etapa da Educação infantil. Visto que, as crianças nessa fase estão em pleno desenvolvimento de suas habilidades, sejam elas intelectuais e/ou motoras. Ao brincar as crianças exploram o mundo, descobrem coisas novas e desenvolvem também sua imaginação e autonomia. Como é possível observar na figura a seguir.

**Figura 6** - Crianças brincando no cantinho das vivências da creche



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Na creche, sempre são organizados momentos coletivos de leituras e apresentações culturais, em que todas as turmas estão presentes e realizam apresentações com músicas, encenações, danças, etc. Toda semana é escolhido um dia, preferencialmente nas quartas-feiras, que é considerado o dia cultural e as crianças realizam essa socialização. Esse é outro momento de grande importância para o apoio pedagógico, pois as crianças com deficiência estão inseridas em todas essas ações e o profissional de apoio deve prestar a assistência para que elas participem e divirtam-se, como as demais. Nesse sentido, o papel do apoio pedagógico é auxiliar a criança sempre que for necessário e não fazer tudo pela criança, gerando dependência, pois as crianças estão inseridas no convívio escolar, justamente para socializar, se desenvolver e buscar aos poucos sua independência.

Maria participa ativamente dos momentos de apresentação na creche, esse é outro aspecto que evidencia seu desenvolvimento. É uma criança bem independente, sua hora preferida na escola é a chamada “rodinha”, em que a professora reúne todos os alunos em roda, realiza a chamada, canta algumas músicas e cantigas de roda. Nessas ocasiões, Maria gosta muito de bater palmas e distribuir beijos. Ela é muito afetiva, gosta de beijar e abraçar os coleguinhas. No horário da entrada e da saída da creche faz todo percurso distribuindo beijos para a equipe de profissionais da escola e para os coleguinhas.

Ademais, Maria é muito atenta, sempre que estamos fazendo alguma atividade em sala de aula ela presta bastante atenção e tenta reproduzir, podemos citar a rotina de higiene das crianças na creche. A rotina consiste em: banho, escovação de dentes, pentear os cabelos e passar perfume (alguma água de cheiro), antes de retornarem pra casa. Nesse momento, Maria quer ajudar as “tias”, tenta pentear os cabelos e/ou passar perfumes nas outras crianças. A mãe dela relata que em casa ela é uma criança ativa, afetuosa e brincalhona, fica tentando cantar as músicas da creche e imitar as ações das professoras. Também afirma que Maria gosta muito da creche, e quando está próximo do horário de ir para escola ela pega seu material e indica que já está na hora de ir estudar.

Por fim, escolhi trabalhar sobre educação inclusiva e fazer este relato, como profissional de apoio pedagógico a crianças com deficiência, pois tem sido uma experiência riquíssima que me fez ter uma visão totalmente diferente sobre o desenvolvimento e a convivência com crianças com algum tipo de deficiência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com deficiência dependem muito das condições e do apoio pedagógico oferecido pelas escolas. Estas, por sua vez, dependem das decisões políticas dos gestores sobre a possibilidade de proporcionar uma educação em uma perspectiva inclusiva. Vale lembrar que a educação inclusiva é uma conquista fruto da luta coletiva da sociedade civil organizada, que sempre buscou que as escolas possam ser um ambiente inclusivo e de fato contribuam para a formação de crianças e jovens autônomos e livres de preconceitos.

Entretanto, mesmo sendo garantida do ponto de vista legal, no que tange às políticas públicas para sua efetivação ainda há um longo caminho a se percorrer, pois são muitas as escolas que têm a inclusão apenas como porta de entrada, ou seja, garantem a matrícula de alunos com deficiência, mas não garantem as condições para sua permanência. A título de exemplo podemos citar muitas escolas que contam apenas com o/a professor/a titular em sala de aula, esse precisa se desdobrar para promover uma aprendizagem significativa, levando em consideração a diversidade de sujeitos, inclusive aqueles com deficiências.

As consequências da falta de apoio escolar para as crianças com deficiências, entre outros aspectos, causam a sobrecarga de trabalho do professor titular e a falta do apoio necessário para desenvolver atividades e estratégias pedagógicas diversas, que contribuam para o desenvolvimento das crianças com ou sem deficiências.

É válido salientar que, mesmo existindo profissionais de apoio em sala de aula, o papel e a sensibilidade do professor são imprescindíveis para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, visto que dependendo de sua prática pedagógica para com o aluno com deficiência, este pode ser ativo e participar das atividades e propostas docentes, dentro dos seus limites, ou simplesmente estar presente fisicamente na sala de aula, sem realizar qualquer atividade. Quando o professor não tem um olhar compreensível sobre a presença de crianças com deficiência na sala de aula, ele contribui não apenas para invisibilizar aquela discente, mas também para dificultar a sua aprendizagem e inclusão.

É fundamental que a prática pedagógica do professor seja inclusiva, de modo a atender as especificidades e demandas dos alunos com ou sem deficiência. Nesse sentido, é a partir dessa perspectiva, que ao ensinar, o professor aprenderá muito com a diversidade de sujeitos em sala de aula, pois como afirma Freire (2004, p. 23): “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém”.

Strieder e Zimmermann (2010, p. 145) afirmam que “fazer inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas educacionais. Uma mudança de criar expectativas diferentes, fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade”.

Desse modo, a escola deve buscar desenvolver práticas que visem a construção de novas didáticas que propiciem uma educação pautada em conceitos de igualdade e respeito às diversidades. É necessário rever as práticas excludentes, para propiciar uma educação inclusiva significativa e conseguir enfrentar os desafios da inclusão.

Uma escola pautada em conceitos de educação inclusiva reconhece a individualidade de cada aluno e se preocupa com essa questão na elaboração de seu currículo. Além disso, reconhece a importância das características e dificuldades individuais dos seus alunos com deficiência e busca oferecer oportunidades para que essas sejam superadas. O respeito e valorização das diversidades presentes no contexto escolar requer estudo e preparação. Sendo assim, somente será possível oferecer melhores condições de aprendizagem aos alunos com ou sem deficiência quando os professores e demais profissionais da educação estejam devidamente qualificados.

Portanto, é necessário que a escola tenha condições, de infraestrutura e pedagógicas, para que se promova um ensino que reconheça a diversidade existente e busque responder às necessidades presentes na sala de aula. Ademais, é preciso desenvolver um trabalho de conscientização com os demais alunos, mostrando a importância do respeito às diferenças, pois são por meio delas que se aprende mais e melhor.

Pensar o processo de inclusão no contexto escolar é praticar a alteridade e empatia. Sendo assim, perceber que existem diferenças, mas que essas devem ser respeitadas, colocando-se, quando necessário, no lugar do outro. Consideramos que a partir do momento que um sujeito frequenta um lugar ou ambiente, dentre eles a escola, com a presença de alguma pessoa com deficiência, esse poderá desenvolver um olhar sensível sobre a deficiência como diferença e não como incapacidade. Na escola, esse pensamento levará a criança com deficiência a ser bem acolhida e essa sentirá segurança nos ambientes que for necessário frequentar. Paulo Freire (1998) afirma que “A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”. Nesse sentido, o incluir se baseia na perspectiva de fazer com que todos, independentemente de suas condições físicas e intelectuais e das suas diferenças, possam frequentar e estar em ambientes onde as diferenças sejam respeitadas.

A título de conclusão, posso assegurar que trabalhar com crianças com deficiência me ajudou a enfrentar preconceitos alimentados pela falta de conhecimento e a quebrar rótulos, dentre eles de que toda criança com deficiência é agressiva, que não gosta de demonstrar afeto, ou que não conseguem aprender. Também me possibilitou compreender o que significa o preconceito do capacitismo, que se pauta na ideia de que as pessoas com deficiência são inferiores àquelas sem deficiências, que são anormais e incapazes, em comparação com um referencial definido como perfeito. Além disso, proporcionou-me conhecer os desafios e barreiras que crianças com deficiência e suas famílias enfrentam para terem o direito a uma educação de qualidade, de serem incluídas dignamente nas escolas e de vencerem os diversos tipos de preconceitos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf> Acesso: 02 out. 2022

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Congresso Nacional, 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm) Acesso: 01 nov. 2022

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada

em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso: 23 nov. 2022

BRANDÃO, Maria Teresa; FERREIRA, Marco. Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2013, v. 19, n. 4, pp. 487-502. Disponível em: <>. Epub 07 Jan 2014. ISSN 1980-5470.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Censo da Educação Básica, notas estatísticas, 2020.

DOS SANTOS, Martinha Clarete Dutra. Educação especial e inclusão: por uma perspectiva universal. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 277-289, jul./dez. 2013.

Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

DUTRA, Adriana. **A inclusão de crianças especiais na educação infantil**. Conde-PB, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FERREIRA, Eglen. **Educação especial e educação inclusiva: os desafios da inclusão no âmbito escolar**. Mato Grosso. 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MAMEDES, Norenir Oliveira Leite; MAMEDES, Jeová Dias. Educação Inclusiva e suas repercussões. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 7, 22 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/7/educacao-inclusiva-e-suas-repercussoes>.

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa *et al.* A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Set.-Dez. 2008, v.14, n.3, p.497-508.

MENDES, E. G.; LOPES, M. M. Profissionais de apoio à inclusão escolar: motivos para demandas e atribuições. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 24, p. 1–18, 2021. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.24.19649.087. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/19649>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MUSSI, R. F. de F; FLORES, F. F; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 7 dez. 2022.

NEUMAN, Camila. Capacitismo: entenda o que é e como evitar preconceito disfarçado de brincadeira. In: **CNN Brasil**. São Paulo, 2 set. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/capacitismo-entenda-o-que-e-e-como-evitar-preconceito-disfarcado-de-brincadeira/> Acesso: 10 nov. 2022.

PUPO, Larissa de Oliveira; BEZERRA, Giovani Ferreira. Inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais: A educação infantil em foco. **Revista Teias**. v. 19 • n. 53 • Abr./Jun, p. 208-232, 2018.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

DE SÁ, Ana Paula Beserra *et al.* A inclusão de alunos com deficiência de intelecto na Rede Pública de Ensino: o desafio docente. **Educere**, v. 15, n. 2, p. 183-201, jul./dez. 2015.

SOUZA, Ubiany de Oliveira. **Educação especial na perspectiva inclusiva: marcos históricos e normativos**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Uberlândia/Campus Pontal, Ituiutaba-MG, 2020.

STRIEDER, Roque; ZIMMERMANN, Rose Laura Gross. A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. **Caderno de Pesquisa: pensamento educacional**, v. 5, n. 10, 2010. Disponível em: [https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad\\_pesq10/10\\_a\\_inclusao\\_cp10.pdf](https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq10/10_a_inclusao_cp10.pdf) Acesso: 11 nov. 2022.

WOLERY, M.; WILBERS, J. S. Introduction to the inclusion of young children with special needs in early childhood programs. In: WOLERY, M.; WILBERS, J. S. (Eds.). **Including children with special needs in early childhood programs**. Washington, DC: National Association for the Education of Young Children, 1994. p.1-22.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me dar força e coragem para chegar até aqui e não desistir de dar esse passo tão importante na minha vida, concluindo o curso que sempre sonhei.

À professora Elizabete Carlos do Vale, por toda paciência, auxílio e suporte durante minha orientação, possibilitando esta grande realização em minha vida acadêmica.

Aos Professores da banca examinadora, Eduardo Onofre e Paula Castro, pelo olhar atento e pelas contribuições ao trabalho.

À creche Irene Pereira dos Santos, na pessoa da diretora Rosi Flor e das professoras e profissionais/amigas de sala: Maria Girleide e Fabiana, por toda acolhida e apoio durante minha atuação na Instituição como apoio pedagógico.

À Maria, criança que, a partir do seu mundo e das suas descobertas, me ensinou sobre o que é de fato a educação inclusiva.

GRATIDÃO!